

CIENTISTAS DO CAOS

LUCIANE FREITAS, PRISCILA SCHWAB E TATIANA CLÉBICAR



Ministro Malan e Nicolas Serzagueiro, Ministro da Fazenda do Chile.
Foto: Rodrigo Mello.

Um governo com metas desenvolvimentistas diluídas, o vácuo político-econômico deixado por um golpe militar de direita e cientistas políticos ávidos por ressuscitar as práticas keynesianas. Eis a fórmula do neoliberalismo chileno. Encerrados num laboratório de 756 mil quilômetros quadrados e distantes não mais de 172 quilômetros entre sua porção mais leste e a oeste, esses elementos reagiram e provocaram a primeira experiência neoliberal do nosso globalizado mundo novo.

Para o analista político Perry Anderson, o Chile, filete da América Latina, foi o laboratório para o ensaio neoliberal, já que as políticas econômicas adotadas pelo ditador Augusto Pinochet, em 1973, só se generalizariam no continente em meados da década de 80.

No mundo, o resultado da experiência triunfa a duras penas a partir da adoção da agenda neoliberal nos Estados Unidos e na Inglaterra, nas eleições de que saíram vitoriosos o presidente Ronald Reagan e a primeira-ministra Margareth Thatcher. “Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, apastaram greves, impuseram uma legislação anti-sindical, cortaram gastos sociais, e se

lançaram num amplo programa de privatização”, define Anderson no artigo “Balanço do Neoliberalismo”, do livro *Pós-neoliberalismo*, organizado por Emir Sader e publicado pela Editora Contraponto. Explica ainda que, embora esse tenha sido o mais ambicioso pacote de medidas de todas as experiências neoliberais, o conjunto, com atenuantes, foi adotado por quase todos os países que o seguiram. No Chile, dez anos antes; no Brasil, dez depois.

Após o golpe militar, o governo Pinochet foi buscar orientação para sua então indefinida política econômica na Universidade de Chicago. Um dos teóricos que acolhe e dá vazão às suas pretensões é Milton Friedman, autor-chave para a compreensão do relançamento da agenda liberal nos anos 70 e 80. “A figura dele é chave tanto no relançamento do pensamento liberal, na adaptação desse pensamento à realidade do pós-guerra, quanto na assessoria ao governo Pinochet na implementação da agenda chilena”, explica o professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, Luís Fernandes. “Como Friedrich Hayek, autor do texto de origem do neoliberalismo, Friedman diz que sempre que houver conflito entre o liberalismo e a democracia, a prática econômica tem prioridade em relação ao sistema político democrático”, lembra Fernandes.

Por isso, o Chile reunia características tão propícias às experiências. O próprio governo chileno se apoiou numa oposição de direita e liberal para derrotar a experiência socialista. Um governo constitucional, eleito democraticamente, com poderes constitucionais estabelecidos com apoio da maioria da população. Desse ponto de vista, era um governo democraticamente constituído. A consequência imediata foi a aproximação do principal estuário do pensamento liberal econômico dos EUA: Friedman.

Sob essa lente é coerente o apoio que esses pensadores deram ao governo militar do Chile. O sacrifício da democracia fazia sentido por que era entendido como bastião na defesa do liberalismo. “Desse ponto de vista, havia uma predisposição a ver-se o regime militar chileno como uma alternativa preferível à experiência desenvolvimentista socializante do governo Allende. Um governo que se baseava na ação para redistribuir renda, promover o desenvolvimento e levar a cabo a reforma agrária já bastante avançada”, completa o professor.

Mas, depois que documentos da Central de Inteligência Americana (CIA) foram divulgados para o mundo todo, provando o envol-

vimento dos Estados Unidos com a ditadura chilena, não há como eximir a responsabilidade americana na manutenção do regime. No entanto, não se pode garantir que o governo americano tenha determinado que o general chileno adotasse as políticas econômicas liberais como um laboratório, para que depois fossem implementadas internamente. Mesmo com todo o suporte financeiro e militar que os EUA, muito mais do que a Inglaterra, forneceram, é difícil afirmar que esses países estivessem testando o novo modelo no Chile para, mais tarde, aplicá-lo internamente. A “teoria da conspiração” não tem força entre os estudiosos, que entendem o fenômeno como um experimento concreto no qual aquele grupo de intelectuais de Friedman pôde materializar, pela primeira vez, a sua política num Estado determinado. “Não foi uma maquinação do governo americano ou inglês, mesmo porque essa agenda não predominava na política econômica doméstica americana nos anos 70. Ela não era aplicada internamente nos EUA e só foi implementada, em parte, com Reagan no poder. De qualquer forma, esses intelectuais de Chicago queriam exportar o modelo para o mundo”. O inimigo mais temido pelos defensores da nova ordem era o socialismo.

Sobre a estreita relação entre Chile e Inglaterra, percebida sobretudo no episódio do asilo político do general Pinochet, Luís Fernandes diz que ela é a consequência direta dos acordos durante a Guerra das Malvinas, em 82. “O Chile não apoiou explicitamente Thatcher porque isso contrariava a posição geral da América Latina. Mas permitiu que as forças armadas ingle-

Com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 67,4 bilhões em 1999 com projeções para chegar a US\$ 71,5 bilhões em 2000, de acordo com as previsões otimistas do Ministro da Fazenda, Nicolas Serzagueiro, anunciadas em reunião com outros representantes sul-americanos da mesma pasta em outubro de 2000, no Rio – o Chile tem no cobre sua principal fonte de riqueza. O minério responde por 45% do PIB, seguido da celulose, da vinicultura e das frutas. A renda *per capita*, de US\$ 4,4 mil por ano, ainda é um sonho para os chilenos que vivem com o salário mínimo de cem mil pesos, equivalente a US\$ 185, mais do dobro que os prometidos US 90 dos brasileiros.

As exportações no ano passado somaram US\$ 15,6 bilhões, das quais o cobre respondeu por 37,7%. Já as importações atingiram US\$ 1,6 bilhão na balança comercial de um país que importa carros, petróleo, eletro-eletrônicos, alimentos e roupas.

Já a taxa de desemprego aberto, que corresponde ao total de pessoas da População Economicamente Ativa, atingiu 10,5% da força de trabalho chilena nos últimos quatro meses, com a previsão novamente otimista de Serzagueiro de encerrar o

ano de 2000 em 8,2%. A inflação tem sido modesta nos últimos anos. Deve encerrar o ano 2000 em 4,5%, quase o dobro do ano passado, quando chegou a 2,3%. A previdência privada chilena, o sistema público está prestes a desaparecer do mundo globalizado, tornou-se investidora em outros países, colaborando para que a poupança interna chegasse a 21,5% do PIB.

A abertura comercial, exceto para produtos agrícolas, é uma realidade sem a qual o Chile não manteria sua discutível estabilidade. A tarifa média para a importação é de 9% e deve chegar a 6% em 2003. Esse, aliás, é um dos fatores que poderão dificultar a entrada do Chile no Mercosul, como deseja o presidente Ricardo Lagos, já que enquanto os empresários chilenos se vendem para os estrangeiros a taxas cada vez mais baixas, o restante do bloco sul-americano quer alíquotas de importação mais altas.

Atualmente, vários serviços básicos como saneamento foram privatizados, “assegurando a entrada de capitais estrangeiros necessários para a estabilidade”, defende o ministro da Fazenda Chileno, cujas idéias têm sido apontadas como modelo pelo ministro Pedro Malan.

sas se abastecessem em território chileno para as operações de guerra contra a Argentina. Em parte, também em função das próprias disputas territoriais com aquele país”, afirma. “Além disso, é claro que ela valorizava a figura de Pinochet como baluarte de resistência ao socialismo na América Latina. E uma coisa é certa: a dama de ferro ficou imensamente agradecida, até pessoalmente, a Pinochet pelo apoio indireto que recebeu”.

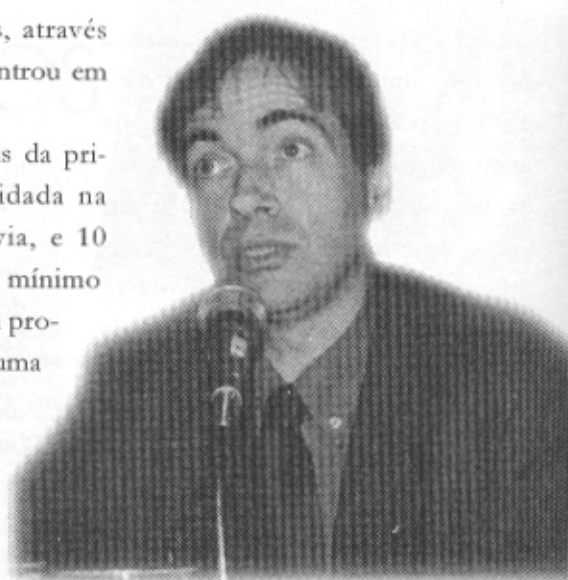
Mas por que a química foi tão perfeita no Chile e não em qualquer outra ditadura latina? O Brasil, por exemplo, poderia ter sido o berço do neoliberalismo? Dificilmente. O regime militar “tupini-quim” durou mais tempo – de 64 a 84 –, mas nunca teve uma agenda liberal. A política econômica brasileira era basicamente desenvolvimentista, mesmo com toda a concentração de renda e desigualdade social.

Só a partir de meados da década de 80 é que os outros países latinos conseguiram a – infeliz, diriam alguns – proeza de reunir as condições necessárias para a implantação do neoliberalismo. O grande marco da onda que se formou na América Latina, rumo a opção por agendas liberais de desenvolvimento, foi a Bolívia, em 85. Era uma política de estabilização monetária, sob a orientação do Jeffrey Sachs, um economista do time de Friedman. Depois vieram o México, em 87, a Argentina, em 88, e o Brasil e o Peru, mais tardios, em 89. No Brasil, mais especificamente, começou com a posse de Fernando Collor.

Como pano de fundo desse desenrolar, havia o esgotamento dos modelos nacionais desenvolvimentistas sob o peso da crise da dívida externa. E aquele modelo fortemente dependente da atuação de

investimentos estrangeiros, através de crédito bancário fácil, entrou em colapso.

Hoje, 15 anos depois da primeira experiência consolidada na América Latina, na Bolívia, e 10 anos no caso do Brasil, o mínimo que se pode dizer é que essa proposta se apresentou como uma alternativa para relançar os países que a adotassem num ciclo prolongado de desenvolvimento. Mas, nem na América Latina, nem em qualquer outro lugar do mundo, conseguiu alcançar esse objetivo. Com taxas de desemprego na casa dos 10% – no caso chileno, 10,5% – a América Latina não foi lançada num novo ciclo sustentável de desenvolvimento. E graças à sua vulnerabilidade externa, sobretudo em relação ao seu problema de livre fluxo de capitais, ela teve de enfrentar



*Luís Fernandes:
os pensadores liberais apoiaram
a ditadura chilena.*

a entrada de capital especulativo de curto prazo nos países. A partir daí, enfrentou seguidas crises financeiras que objetivamente colocaram esses países numa nova crise de desenvolvimento. As promessas anunciadas jamais foram cumpridas. 🇵🇷

INCÊNDIO NO LABORATÓRIO

Depois de 15 anos de crescimento ininterrupto, no fim de 1998 o Chile entrou num ciclo recessivo que durou quase um ano. Isso causou a queda de 1,5% do PIB de 1999 em relação ao ano anterior, conseqüência das quedas de preços abruptas e da demanda dos principais produtos de exportação por conta da crise asiática que surpreendeu o país com elevado déficit externo. Para sobreviver à recessão restou ao Chile uma severa e longa política de protetorado que só agora começa a dar sinais de melhora, ainda que tenha contrariado as orientações neoliberais.

As expectativas externas aumentaram a cotação do dólar no segundo semestre de 2000. Também houve um ajuste na carteira privada, graças à mudança na percepção dos retornos esperados dos ativos em termos reais. Isso em relação às medidas liberais anti-intervencionistas até então adotadas.

De acordo com o balanço da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) de 1999, a política de reativação da economia chilena incluiu a ampliação dos programas intensivos de emprego – sobretudo nas empresas públicas e na indústria do cobre –, incentivos tributários para agricultores, reprogramação dos compromissos dos devedores do Banco do Estado e do setor público em relação aos ativos em dólares. Esse ajuste se acentuou assim que o Banco Central instaurou a flutuação no câmbio. O controle da inflação, o desenvolvimento da cobertura de riscos, o momento de calma na situação externa e a redução do desfalque cambial facilitaram a transição para um esquema mais flexível, que conjuga as teses neoliberais e a intervenção estatal. Definitivamente, a fórmula aplicada neste laboratório não foi tão feliz como imaginou Friedman.